

PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Mural Produzido em:
08/2007

Coordenação:
Marcos Vinicius Ribeiro
Priscila Marchini Marins

Acadêmicos:
Sandra Popiolek
Martha de A. Piloto
Gervasio Cezar Junior
Alexandre R. Valcareghi
Mauro C. Vaz de Camargo Jr
Carlos Mauricio Trindade
Suzane C. Pantolfi Tostes

Precarização da Educação é Reflexo das Políticas Neoliberais

Marcos Vinicius Ribeiro

Priscila Marchini Marins

Atualmente a educação pública brasileira definha, vítima do descaso por parte dos nossos governantes. Eleitos por uma frágil democracia, pautada em escândalos dos mais grosseiros, sabemos muito bem onde se encontram as justificativas para deixar em segundo plano a educação acessível à maioria da população. Juntar as peças deste complicado jogo de esconde - esconde requer paciência, conscientização e certeza de que os direitos do povo também são partes preponderantes para resistirmos aos roubos com os quais não devemos nos conformar achando isso natural. Devido à perversão com que vivemos atualmente com a educação pública, é indispensável nos entendermos com *elas*.

Por força das políticas específicas do Estado Neoliberal, nos encontramos diante de limites que indignam a todos, Implantado no Brasil nos tempos *trevosos* de Fernando Collor, aprofundado por Fernando Henrique Cardoso e efetivado também pelo governo Lula – ex-companheiro de luta dos trabalhadores.

Acompanhamos cotidianamente a arrogância de um movimento que tem por expressão – e interesse - retirar conquistas históricas baseadas nas reivindicações populares. Os golpes sofridos pelos trabalhadores, como as reformas sindical e trabalhista, apresentam-nos como o Estado brasileiro preocupa-se com os verdadeiros propulsores das conquistas históricas de fato importantes para este país.

Com a educação, esta tirania não é menos perturbadora. O corte de verbas, a piora nas condições e direitos trabalhistas dos professores, o sucateamento das instituições públicas de ensino, isto é apenas uma pequena parcela da cruel realidade que aquece a indignação. Esta situação é agravada diariamente por novas reformas impostas por nossos governantes que refletem amargamente na população.

A educação pública foi e continua sendo alvo de um golpe das políticas neoliberais seja na forma de privatização do ensino público, ou no descaso para com os professores independentemente de seu grau de formação.

Generalizando o sentido das reformas e tornando-as de fato importantes para a população, antes, deve-se enfraquecer os setores públicos para que estes sejam o *modelo de atraso* para a “nação”. Cumprida esta etapa, torna-se imprescindível para a classe dominante que seus investimentos nas áreas enfraquecidas - seja pelo corte de verbas e transtorno das condições de trabalho - cumpram-se de forma eficaz. Assim, multiplica-se a ideologia de que *o quê é bom é o que é pago*. Este é o resultado do corte de verbas e a falta de recursos nas instituições públicas.

E quem ganha com isso? As instituições privadas, que são beneficiadas com estes programas. Passam a receber uma remessa considerável de incentivos, por meio de redução nos impostos. Tal manobra se reflete em nossos orçamentos uma vez que nos obriga a pagar pelo que já está pago, o que é uma expressão de um movimento que visa impedir o crescimento e o fortalecimento das instituições públicas, favorecendo as instituições privadas.

Tendo em vista esta discussão, no dia 30 de maio de 2007, um decreto 848 aprovado pelo Governador Requião - que faz parte do alinhamento do Estado do Paraná com a política do Governo Federal da Reforma Universitária - retira a Autonomia Universitária. De forma autoritária, o governo do estado do Paraná proibiu a saída dos professores para qualquer tipo de atividade que envolva recursos do Estado. Não importando se será benéfico para os estudantes. Uma das medidas que podemos citar como exemplo, é a retirada do investimento em Pesquisa e Extensão. O que tem por conseqüências o prejuízo na Educação de Ensino Fundamental e Médio, que assim como a Educação do Ensino Superior, também se tornam alvos da precarização da Educação.

Daí a importância dos movimentos estudantis: Grêmios Estudantis, Diretório Central dos Estudantes (DCE's) e Centros Acadêmicos (CA's). O movimento estudantil luta por sua bandeira em defesa da EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA e de QUALIDADE. Ou seja, CONTRA as políticas do Estado Neoliberal, do FMI e do Banco Mundial que munidos de interesses, querem privatizar a educação brasileira.

Descaso e corte de verbas do governo com a educação pública

Sandra Popiolek

“Lula cortou do orçamento da educação em quatro anos de governo o montante correspondente a R\$ 3,571 bilhões de reais. Os cortes foram crescentes e proporcionais: R\$ 341 milhões em 2003, R\$ 630 milhões em 2004, R\$ 1 bilhão em 2005 e para fechar os quatro anos de governo com *chave de ouro*, R\$ 1,6 bilhões em 2006.”

Em todo o país, estudantes universitários e do ensino fundamental e médio estão à mercê do Governo Federal por meio do corte de verbas. Isso prejudica as estruturas internas - bibliotecas defasadas, aumento de taxas, entre outros. Não pode ser ignorada também a falta de professores e o descaso que ocorre com eles. No caso de arrocho salarial, que é uma estratégia de precarização do trabalho docente, por exemplo, os professores trabalham além das horas destinadas e não ganham o merecido por isso. O Governo Lula atribui esses problemas como “herança” deixada pelo governo anterior, FHC, entretanto não efetivou nenhuma solução para minimizar o problema da educação pública, apenas “re-examinou” o plano do governo anterior. O dado citado no início do texto traduz minimamente o descaso e que se torna, assim um grande problema para a qualidade do ensino também.

Esta é mais uma prática neoliberal do governo Lula: prioriza o pagamento da dívida externa e interna, para atender os capitalistas financeiros; busca parcerias com setores privados, e essa intenção de privatização afeta também a educação (no que diz respeito do interesse à implantação da Reforma Universitária). O programa do Governo junto ao Ministério da Educação chamado PROUNI – Programa Universidade Para Todos – está presente para comprovar. O discurso do governo diante da situação é implícito: o governo oferece bolsas integrais e parciais para alunos de baixa renda e que não têm condição para pagar seu ensino superior. A situação é que o governo isenta o pagamento de impostos do ensino privado para que essas instituições distribuam as vagas ociosas em forma de bolsa. Logo, o Governo contribui para um enfraquecimento das instituições públicas de ensino dando às universidades privadas (com perdão das dívidas do Estado) uma autonomia de fazer com que a educação seja “comercializada”.

A verdade é que o programa de governo não assumiu nenhum compromisso em aumentar as verbas da educação pública, pelo contrário, cortou as verbas. Diante do que foi apresentado, a educação pública torna-se uma mercadoria.

Reformas na Educação

Martha Piloto

Gervasio Cezar Jr

Quando lemos a respeito das Reformas no Ensino Público, nos vem à mente que essas reformas vem para melhoram o ensino público brasileiro, mas na prática a realidade é outra. Hoje em dia o Ensino Fundamental e Médio apresentam grandes problemas como infra-estrutura precária, falta de livros nas bibliotecas e falta de recursos didáticos. Salas superlotadas também dificultam o ensino, pois o professor não tem como esclarecer as dificuldades dos alunos individualmente. Professores cansados e sem tempo para “Hora Atividade” se torna algo corriqueiro nas salas de aula

O único meio dos professores da rede pública se especializarem são os programas governamentais. O PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional) é um grande exemplo. Os professores que participam do programa tem que passar os seus conhecimentos pra outros 36 professores, por meio de atividades aos sábados. Os professores ficam sem perspectivas para Mestrado e Doutorado.

No caso das Universidades públicas, a realidade se diferencia em um ponto. Há privatização do ensino e o corte de verbas. O governo por meio do ENADE cria um ranqueamento das universidades. Se o conceito de nota da Universidade for boa, ocasiona no corte de verbas pelo fato do curso já estar bom e se a nota for ruim ameaça-se o corte do curso. Porque não o investimento para a melhoria do curso?

Por meio do ProUni o governo paga vagas ociosas nas universidades particulares, podendo com o mesmo dinheiro criar mais de um milhão de vagas. Já com o seu novo projeto, Universidade Nova, o governo visa formar bacharéis interdisciplinares em grande escala, na área de Humanas, Arte, Exatas, entre outras.

Através dessas constatações, vemos que na prática essas reformas não estão modificando para melhorar o ensino público de nosso país. Mas, sim de cortar verbas na educação e arrochar cada vez mais o salário dos professores, vemos professores cada vez mais desacreditados com o ensino e mudando de profissão.

Embora a educação seja vista como o “calcanhar-de-aquiles” brasileiro, as melhorias não vêm voltadas para a educação, mas sim para o capital. O governo mostra-se preocupado quando o ranking das Nações Unidas mostra o Brasil como um dos países que menos investe na educação, mas não mostra uma solução real para modificar esse quadro.

Autonomia Universitária

Alexandre R. Valcarenghi

Mauro C. Vaz de Camargo Jr.

Autonomia universitária é a liberdade financeira de decidir sozinho a aplicação das verbas e recursos em geral, administrativa de controle do quadro de funcionário e didático-pedagógicas que diz respeito aos métodos de ensino ou seja deixar as universidades tomarem suas próprias decisões como é previsto por lei pelo artigo 207 da Constituição de 1988.

Mas infelizmente não é isso que vem acontecendo no Brasil, cada vez mais os governos querem centralizar o poder em suas mãos retirando das universidades a capacidade de tomar suas próprias decisões e medidas, como compra e venda de material, liberação de profissionais, extensão e pesquisa etc.

O que surpreende é que esses ataques à autonomia vem acontecendo nos governos de ex-militantes do movimento estudantil como é o caso de José Serra, que foi presidente da UNE (UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES) e hoje governador de São Paulo com seus decretos que tiram toda a autonomia das universidades estaduais paulistas, o que gerou total indignação do meio acadêmico com diversas manifestações nas entidades de ensino superior daquele estado. E também é o caso do estado do Paraná, onde no governo Jaime Lerner que tentava “confundir” a autonomia universitária com privatizações, onde a universidade deveria produzir seus próprios recursos, voltando assim a universidade para o mercado e não para o ensino. Atualmente no governo Requião o decreto 848 atacava a autonomia das universidades estaduais paranaenses inclusive a UNIOESTE e também dos demais órgãos públicos como COPEL, SANEPAR etc. Com as manifestações do meio estudantil paranaense a inclusão das universidades nesse documento foi reavaliada e tratada como um “engano” pelo governo.

Esse decreto previa que qualquer decisão financeira e administrativa deveria passar pela mesa do próprio governador, o que além de burocratizar, atrasaria mais os processos, mesmo os mais simples como compra de material de informática ou decisões ligadas aos estágios supervisionados. Essa prática da tentativa de retirada da autonomia que é um direito descrito na constituição, vem acontecendo por meio de decretos e há muito tempo são decisões individuais. O que mostra o autoritarismo dos governos ignorando todas as discussões e conquistas do meio acadêmico e demais órgãos públicos.

Verbas públicas nas Universidades públicas!

Movimento estudantil: luta contra os tentáculos do governo

Carlos Mauricio Trindade

Suzane Conceição Pantolfi Tostes

No dia 12/06/2007 na Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon, ocorreu uma paralisação de todos os estudantes com adesão de alguns professores, em oposição às práticas neoliberais impostas pelo governo Requião, que tenta inviabilizar a educação de qualidade nas instituições de ensino superior no Paraná.

O Governo de Requião tenta implementar já no ensino médio uma política governamental de controle, vinculando esses estudantes a órgãos governamentais. O Governador do Estado lançou em sua página oficial um modelo de estatuto incentivando a criação de Grêmios Estudantis. Porém, esse estatuto vem afirmar as práticas de controle governamentais utilizando órgãos como a UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas), UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas), UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), tirando dessa maneira toda autonomia dos estudantes secundaristas. É importante deixar claro que esses órgãos são ligados à UNE (União Nacional dos Estudantes) que é base aliada ao Governo Lula.

Essas práticas também são as realidades vividas pelos estudantes universitários. Em 2004, o Governo Lula anunciou a Reforma Universitária, PROUNI (Programa Universidade Para Todos) e SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior). A UNE, a marionete testa de ferro do governo, apoiou essas práticas governamentais, pois dentro dessa entidade a maioria de seus membros são vinculados ao UJS(União da Juventude Socialista), ao PC do B (Partido Comunista do Brasil), sendo assim base governista apoiando qualquer reforma neoliberal do governo Lula.

Hoje, os CA's, DCE's e Grêmios que se desvincularam da UNE, ganham cada vez mais adesões de estudantes do Brasil inteiro e continuam lutando pelas seguintes bandeiras: CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, MAIS VERBAS PARA EDUCAÇÃO, CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO PÚBLICO PELO PRIVADO, entre outras. Essas bandeiras foram deixadas de lado pela UNE, que atualmente se preocupa mais em enviar seus delegados a congressos para manutenção de seu poder interno, que é apoiado pelo Governo atual, porque a mesma recebe verbas por esse apoio.